



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 320/2022

PARECER EM 1º TURNO

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 320/2022, que “Dispõe sobre reajustes remuneratórios aos servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo, vem até esta comissão para análise, em primeiro turno, após ser apreciado na Comissão de Legislação e Justiça.

A Comissão de Legislação e Justiça apreciou a matéria concluindo em parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade do PL 320/2022.

Outrossim, tendo sido designado relator pela Comissão de Administração Pública, passo a emitir parecer sobre o projeto nos termos do art. 52, II, “a” “e”, “g” e “l” do Regimento Interno desta Casa.

FUNDAMENTAÇÃO:

O Projeto de Lei em análise propõe o reajuste de 5% para os cargos da administração direta e indireta, a partir de 01/07/2022, e de 6,45% a partir de 01/11/2022.

Além dos vencimentos-base e dos salários-base, também serão reajustados os valores das vantagens pessoais, gratificações, parcelas remuneratórias e auxílios recebidos pelos servidores, conforme discriminado no Projeto de Lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O reajuste atingirá ainda os aposentados e pensionistas, conforme percentuais calculados objetivando a paridade, discriminados no presente projeto de Lei.

A proposta de reajuste de 11,77% (onze inteiros e setenta e sete centésimos por cento) foi calculada utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC — como parâmetro indicador de que houve perda inflacionária no período de 1º de dezembro de 2020 até 31 de dezembro de 2021, sendo fruto de negociação coletiva junto aos profissionais e junto as entidades sindicais.

Além do reajuste proposto, o projeto ainda promove alterações na legislação vigente, promovendo o:

- Reajuste do valor do vale-refeição e do vale-lanche;
- Reajuste da Gratificação pela Função de Instrutor em Programa de Aperfeiçoamento Profissional;
- Reajuste da Gratificação por Exercício de Atividade Correicional;
- alteração dos arts. 2º e 3º da Lei nº 11.175, de 25 de junho de 2019, discriminando situações consideradas como serviços essenciais para fins de contratação administrativa, bem como regulamentar a contrata* para atuação em regime de plantão;
- Acréscimo do regime de sobreaviso ao inciso VI do § 4º do art. 91 da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, que trata das situações que consideram como realizada a avaliação de desempenho para fins de progressão por mérito;
- Alteração do art. 151 da Lei nº 7.169, de 1996, aumentando o tempo da licença paternidade para vinte dias, bem como o art. 3º da Lei nº 11.175, de 2019, regulamentando a contratação para atuação em regime de plantão na área da saúde;
- Reajuste dos benefícios de aposentadoria e de pensão em 5,45% (cinco inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

janeiro de 2021, e em 10,16% (dez inteiros dezesseis centésimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2022.

Não obstante, promove alterações importantes que se referem ao atendimento de demandas específicas para diversas áreas de atividades concernentes a administração pública, a saber:

Engenharia e Arquitetura:

- Reajuste da Gratificação de Desempenho de Atividades de Engenharia e Arquitetura — GDEA , prevista no art. 12 da Lei nº 7.971, de 31 de março de 2000; Fiscalização Integrada;
- Reajuste do valor da Unidade Padrão de Fiscalização Integrada — UPFI usada para o pagamento da Gratificação por Alcance das Metas de Produtividade da Fiscalização Integrada — GAMPFI;
- Alteração do valor da UPFI, utilizado para as Metas de Otimização dos Serviços Públicos de Fiscalização Integrada, para o montante de R\$5,00 (cinco reais), a partir de 1º de novembro de 2022;
- Alteração do valor do Abono por Indenização de Deslocamento Fiscal Urbano para o montante de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), a partir do dia primeiro do mês subsequente à publicação da lei;
- Incorporação da GAMPFI ao vencimento-base do cargo e do emprego público de Fiscal de Controle Urbanístico e Ambiental, de maneira proporcional e gradativa, bem como a reestruturação da carreira, passando a ser composta de 15 (quinze) níveis, e criando os níveis transitórios TI, T2, T3 e T4.

Jurídica:

- Reajuste e incorporação da Gratificação de Estímulo à Cobrança da Dívida Ativa — GCDA — ao vencimento-base do cargo de Procurador Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- Alteração no posicionamento do servidor do cargo de médico ao ser promovido para a classe C e a previsão da promoção para a classe B ao ter alterada a sua especialidade de ingresso.

Segurança Pública:

- incorporação à tabela de vencimentos-base do cargo de Guarda Civil Municipal do valor correspondente ao total de 87,5% (oitenta e sete e meio por cento), referente ao Adicional pelo Exercício de Atividades de Risco, instituído pelo art. 86-A da Lei nº 9.319, de 19 de janeiro de 2007;
- Extensão do pagamento do Adicional pelo Exercício de Atividades de Risco ao servidor do cargo de Guarda Civil Municipal em gozo de Licença a Título de Assiduidade, bem como para compor o cálculo da conversão em espécie da licença mencionada.

Vigilância Sanitária:

- Reajuste do valor da Unidade Padrão da Fiscalização Sanitária - UPFS -, em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2022, e em 6,45% (seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de novembro de 2022.
- Alteração do valor do Abono por Indenização de Deslocamento Fiscal Sanitário, que passa a ser de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), a partir do dia primeiro do mês subsequente à publicação da lei.
- Incorporação da Gratificação de Desempenho da Fiscalização Sanitária - Gefes - ao vencimento, de maneira proporcional e gradativa, bem como a reestruturação da carreira, passando a ser composta de 15 (quinze) níveis, e criando os níveis transitórios T1, T2, T3 e T4.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tributação:

- Transformação de trinta cargos de Auditor Técnico de Tributos Municipais no cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal de Tributos Municipais e a extinção de cargos existentes em lei além da necessidade atual;
- Definição das atribuições gerais dos cargos do quadro de pessoal da área de atividades de Tributação, regidos pela Lei nº 7.645, de 12 de fevereiro de 1999;
- Reajuste da Unidade de Referência de Esforço Fiscal Tributário -- Ureft - e da Unidade de Referência de Apoio ao Esforço Fiscal Tributário - URAEF'T - a que se referem os parágrafos únicos dos arts. 9º e 12 da Lei nº 9.303, de 9 de janeiro de 2007, em 5% (cinco por cento), a partir de 1º de julho de 2022, e em 6,45% (seis inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de novembro de 2022;
- Incorporação da Gratificação por Atividade de Auditoria Fazendária - GAAF - prevista no art. 6º da Lei nº 7.645, de 1999, e no art. 8º da Lei nº 9.303, de 2007, ao vencimento-base, de maneira proporcional e gradativa;
- Transformação da Gratificação por Esforço Fiscal Tributário - GEFT -, da Gratificação de Apoio ao Esforço Fiscal Tributário - GAEFT - e da Unidade de Referência de Apoio ao Esforço Fiscal Tributário - URAEFT -, instituídas pela Lei nº 9.303, de 2007, na Gratificação por Desempenho das Atividades Tributárias - GDAT -, a ser paga mensalmente, aos servidores efetivos integrantes da área de atividades de Tributação.

O projeto ainda propõe instituir o Programa de Desligamento Voluntário — PDV —, destinado aos empregados públicos integrantes do quadro de pessoal das autarquias.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Não obstante, todas as alterações propostas acarretam em um impacto financeiro de R\$107.366.872,41 (cento e sete milhões, trezentos e sessenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais e quarenta e um centavos).

Considerando restar comprovado através dos anexos e documentos pertencentes a presente proposta que as alterações estão em conformidade com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000 —, apresentando adequação orçamentária e financeira, notadamente no que concerne à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, e ainda, considerando o alcance do interesse público conforme já exposto e a adequada forma de dispor sobre a matéria tratada, bem como por nos parecer mais do que razoável as adequações promovidas na estrutura organizacional e administrativa, entendemos ser positiva a proposta trazida pelo presente projeto de lei.

CONCLUSÃO:

Por todo o exposto, a Comissão de Administração Pública em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas concluem este parecer pela **APROVAÇÃO** ao Projeto de Lei 320/2022.

Belo Horizonte, 16 de Maio de 2022.

HELIO
MEDEIROS
CORREA:9157
2789620

HÉLIO MEDEIROS CORREA
VEREADOR HELINHO
VEREADOR LIDER DO PSD

Assinado de forma digital por
HELIO MEDEIROS
CORREA:91572789620
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=HELIO MEDEIROS
CORREA:91572789620
Dados: 2022.05.18 15:06:33 -03'00'

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	18/05/2022 15:24:46 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	parecer 1 turno PL Nº 320-2022 (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo	43f250b1b8da9a45b133f07bbb86c887 2859c9512b6648f0127247df0efbc5c6

▼ Assinatura por CN=HELIO MEDEIROS CORREA:***727896**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS

Modo escuro ☐